



Publicado D.O.E.

Em 10/07/07

Secretaria do Tribunal Pleno

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

-- Pág. 01/02 --

PROCESSO: TC - 02.679/06

Administração direta municipal. Denúncia contra o ex-Prefeito do município de Prata. Procedência. Aplicação de multa, imputação de débito e outras providências.

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. Conhecimento e não provimento.

ACÓRDÃO APL-TC- 446 /2007

RELATÓRIO

1. Este Tribunal Pleno, na sessão realizada em 13.12.06, examinou o PROCESSO TC-2.679/06 pertinente à denúncia contra atos do ex-PREFEITO MUNICIPAL DE PRATA, Senhor JOÃO PEDRO SALVADOR DE LIMA, e emitiu o **Acórdão APL TC 865/2006**, através do qual: a) julgou procedente a denúncia formulada, nos termos das manifestações técnicas; b) imputou ao Sr. João Pedro Salvador de Lima, débito no valor de R\$ 1.425,00, referentes a pagamentos de serviços de transporte em valores superiores ao contratado; c) aplicou multa de R\$ 2.805,10 ao ex-gestor; d) recomendou à atual administração evitar a repetição das falhas; e e) remeteu cópia da decisão à Procuradoria Geral de Justiça, signatário da comunicação que deu início ao processo.
2. Irresignado, o interessado interpôs o presente Recurso de Reconsideração, pleiteando a reforma da decisão. Argumenta, em síntese, que já havia sido penalizado com multa nos autos do processo TC 1.153/06, pelos mesmos fundamentos da multa aplicada pelo Acórdão APL TC 865/2006, qual seja, irregularidades nos procedimentos licitatórios de reforma e ampliação da Escola Municipal Maria de Lourdes Nunes de Menezes e de contratação de serviços de transporte de estudantes.
3. A Unidade Técnica, ao analisar as razões recursais, não acatou os argumentos apresentados, tendo em vista que, apesar de tratar de assuntos análogos, a imputação de débito nos presentes autos ocorreu pelo pagamento superior ao valor contratado e, quanto às falhas do procedimento licitatório relativo aos serviços de transporte de estudantes, o próprio Relator as excluiu do fundamento da multa, pelo fato de ser objeto de apuração em outro processo.
4. O MPJTC, em parecer de fls. 335/337, pugnou pelo não conhecimento do Recurso de Reconsideração, pois entendeu que a data de interposição do Recurso deveria ser a do recebimento por esta Corte, e não a da postagem.
5. O Processo foi incluído na pauta desta sessão, com as notificações de praxe.

VOTO DO RELATOR

O Relator discorda, com a devida vênia, da manifestação ministerial, pois entendo tempestivo o Recurso em análise. Quanto ao mérito, todavia, não há reparo a ser efetuado na decisão atacada. O débito imputado, como bem salientou a Auditoria, funda-se na constatação de pagamentos superiores ao valor contratado. A aplicação de multa, por sua vez, diz respeito às irregularidades observadas no procedimento licitatório referente à ampliação e reforma da escola municipal Maria de Lourdes Nunes de Menezes. Nos autos do processo TC 1.153/05, diversas foram as falhas que fundamentaram a aplicação de multa, pois remanesceram, além das falhas nas licitações, o atraso do pagamento de servidores e ausência de registro de elementos da dívida consolidada. Não há que se falar em duplicidade de multa.

Portanto, o Relator vota pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração e, no mérito, pelo não provimento, mantendo-se inalterados todos os termos do Acórdão APL-TC-865/2006.

-- conclui à Pág. 02/02 --



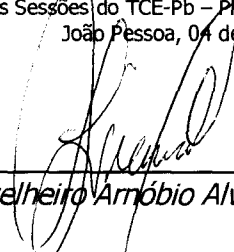
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

-- Pág. 02/02 --

DECISÃO DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC- 02.679/06, os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, ACORDAM em tomar conhecimento do RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO supra caracterizado e, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo-se inalterados todos os termos do Acórdão APL TC 865/2006.


Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões do TCE-Pb – Plenário Ministro João Agripino.
João Pessoa, 04 de julho de 2007.



Conselheiro Arábio Alves Viana - Presidente



Conselheiro Nominando Diniz – Relator



Ana Terêsa Nóbrega
Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal